



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682453 - DF (2021/0233137-7)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DANIELA POLIDORO KNIPPEL  
**ADVOGADO** : DANIELA POLIDORO KNIPPEL - SP293524  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS  
**PACIENTE** : RENATO DE AVILA VIANA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENATO DE AVILA VIANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (HC n. 0002455-13.2017.8.07.0020).

O paciente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 129, § 1º, III, c/c os §§ 9º e 10º do Código Penal, ao cumprimento de 5 anos e 10 meses de reclusão no regime inicial fechado, indeferido o seu direito de apelar em liberdade.

O impetrante sustenta a existência de nulidade processual, sob o argumento de que a decisão que indeferiu o pedido de designação de nova data para o interrogatório do paciente causou prejuízo ao direito à autodefesa, tendo em vista que em razão disso foi decretada a sua revelia e este não narrou sua versão dos fatos em juízo.

Afirma, ainda, que o paciente não foi intimado formalmente da audiência e a decisão desconsiderou as particularidades do momento pandêmico e a Portaria Conjunta nº 72/2020 do TJDF.

Requer, liminarmente, a suspensão do mandado de prisão expedido em desfavor do paciente ou a substituição da custódia por cautelares alternativas até o julgamento definitivo do *mandamus*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja anulado o processo desde a decisão que determinou o seu seguimento sem a realização do interrogatório e decretou a revelia ou, subsidiariamente, pretende o reconhecimento da nulidade do acórdão impetrado por ausência de fundamentação. Consequentemente, pleiteia a revogação da prisão preventiva decretada, expedindo-se contramandado de prisão ou alvará de soltura, caso o paciente venha a ser preso.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, segundo consta no acórdão impugnado (e-STJ fls. 74-76):

*Entretanto, razão não assiste ao apelante. Verifica-se que em audiência realizada em 19/06/2020, a Defesa do réu afirmou que o interrogatório poderia ocorrer por videoconferência, bem como registrou que não seria necessária a intimação pessoal do acusado. Confirma-se a ata da audiência (ID 23618502):*

[...]

*Desse modo, a continuação da audiência, com o interrogatório do réu, foi marcada para 14/08/2020 (ID 23618507). Ocorre que, no dia agendado, 3 (três) horas antes do início do ato, a Defesa protocolou requerimento de adiamento da audiência para o mês de setembro de 2020, com base no artigo 4º, inciso I, da Portaria Conjunta nº 72 de 26/06/2020, alegando que o acusado morava no estado de São Paulo e teria outra audiência marcada para 15/09/2020 nesta Capital. A decisão que indeferiu o pedido é irrepreensível, confira-se (ID 23618520, págs. 1/3):*

[...]

*De fato, a Defesa do réu concordou, em audiência prévia, que fosse dispensada a intimação pessoal do acusado e anuiu com o interrogatório por videoconferência. É de se estranhar que, poucas horas antes do início do ato, alegue posição contrária à realização do interrogatório à distância e não apresente qualquer demonstração do prejuízo que acarretaria ao réu diante da audiência por videoconferência, ou mesmo impossibilidade técnica dele. Diante da pandemia do COVID-19, desde março de 2020, são plenamente válidas as audiências judiciais realizadas por videoconferência, com atos normativos editados tanto pelo CNJ quanto pelo TJDFT. Ademais, a Portaria Conjunta nº 72/2020 não impõe a realização de audiências presenciais no âmbito do TJDFT, apenas autoriza “a retomada gradual do trabalho de forma presencial e prorroga as medidas adotadas para prevenir a contaminação pela COVID-19 no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”. Assim, não há qualquer ilegalidade a ser sanada na decisão do juízo a quo. Por fim, registre-se que, embora a Promotoria de Justiça tenha opinado pela remarcação da audiência, o magistrado não se vincula ao parecer ministerial, sendo plenamente possível decidir em sentido contrário, como no caso.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência